



Educação & Sociedade

ISSN: 0101-7330

revista@cedes.unicamp.br

Centro de Estudos Educação e Sociedade
Brasil

Mendes Catani, Afrânio

As possibilidades analíticas da noção de campo social

Educação & Sociedade, vol. 32, núm. 114, enero-marzo, 2011, pp. 189-202

Centro de Estudos Educação e Sociedade

Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87319091012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

AS POSSIBILIDADES ANALÍTICAS DA NOÇÃO DE CAMPO SOCIAL*

AFRÂNIO MENDES CATANI**

É certo que há escolas pelo país a cabo onde as leis inexoráveis do perecível e do imperecível são explicadas. De uma sei eu em que cada palmatória de cinco olhos faz decorar tudo quanto o mundo se descobriu até a raiz quadrada. Mas mesmo nos reinos maravilhosos acontece a desgraça de o povo saber duma maneira e as escolas saberem doutra. Acabado o exame da quarta classe, cada qual trata de sepultar sob uma leiva, o mais depressa que pode, a ciência que aprendeu.

(Miguel Torga, *Portugal*, 1950).

RESUMO: O texto procura, num primeiro momento, discutir a noção de campo social, desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) para, em seguida, pensar o campo universitário em suas especificidades, esboçando possibilidades analíticas para o caso brasileiro a partir de seu clássico livro *La noblesse d'État. Grandes Écoles et esprit de corps* (1989). Embora desenvolvido por Bourdieu com a finalidade de estudar mecanismos de dominação vigentes na sociedade francesa, pretende-se indicar como esse aparato epistêmico prático pode, através do estabelecimento de relações de homologia, ser trabalhado para o estudo do campo universitário brasileiro.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu. Campos sociais. Campo universitário brasileiro. Sociologia da educação. Mecanismos de dominação.

ANALYTICAL POSSIBILITIES OF THE NOTION OF SOCIAL FIELD

ABSTRACT: This text first discusses the notion of social field as developed by French sociologist Pierre Bourdieu (1930-2002). It then approaches the specificities of the university field to outline – through the classical work *La noblesse d'État. Grandes Écoles et esprit de corps* (1989) – analytical possibilities suitable to the Brazilian case. Although the practical epistemic apparatus elaborated by Bourdieu was intended to study the domination mechanisms

* O presente artigo é uma versão modificada da prova pública oral de erudição do concurso para professor titular junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, realizado em julho de 2009. Agradeço à banca examinadora, composta por Marília Pontes Spósito, Pedro Roberto Jacobi, Sedi Hirano, Carlos Roberto Jamil Cury e Jacques Rocha Velloso, pelo rico e generoso diálogo que mantivemos na ocasião. Agradeço também à Ana Paula Hey pela atenta leitura.

** Doutor em Sociologia e professor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (usp). E-mail: amcatani@usp.br

in the French society, the present paper suggests how it can be used to study the Brazilian University Field by establishing homology relations between both countries.

Key words: Pierre Bourdieu. Social fields. Brazilian university field. Sociology of education. Domination mechanisms.

LES POSSIBILITÉS ANALYTIQUES DE LA NOTION DE CHAMP SOCIAL

RÉSUMÉ: Ce texte cherche, dans un premier moment, à discuter la notion de champ social développée par le sociologue français Pierre Bourdieu (1930-2002) pour ensuite penser le champ universitaire dans ses spécificités et ébaucher des possibilités analytiques pour le cas brésilien à partir de son livre classique *La noblesse d'État. Grandes Écoles et esprit de corps* (1989). Bien que Bourdieu l'ait écrit dans le but d'étudier les mécanismes de domination en vigueur dans la société française, nous entendons indiquer comment cet appareil épistémique pratique peut, par l'établissement de relations d'homologie, être utilisé pour étudier le champ universitaire brésilien.

Mots-clés: Pierre Bourdieu. Champs sociaux. Champ universitaire brésilien. Sociologie de l'éducation. Mécanismes de domination.

Outra vez mais inicio um texto sobre Pierre Bourdieu (1930-2002) com epígrafe do escritor português Miguel Torga (1907-1995), pseudônimo de Adolfo Correia da Rocha, autor de vasta obra (poesias, romances, contos, diários, ensaios, discursos, peças teatrais) e que sempre assumiu a sorte do povo humilde de Portugal, chegando a confessar a vergonha que sentia de escrever sobre gente que, sabia, não o podia ler. Sobre sua terra, declarou o seguinte: “as coisas de Trás-os-Montes tocam-me muito no cerne para eu poder esquecer a solidariedade que devo a quem sofre e a quem sua. E isto repete-se com maior ou menor força no resto de Portugal” (Torga, 1996, p. 135).

A exemplo de Torga, Bourdieu foi um lutador incansável. Ao longo de 45 anos, desenvolveu uma sociologia em que se estuda “a lógica da dominação social nas sociedades de classe e os mecanismos pelos quais ela se disfarça e se perpetua, procurando extrair os princípios que regem esta lógica a partir de análises concretas” (Catani, 2007, p. 74). Ou, nas palavras de seu amigo e colaborador, Loïc Wacquant, talvez a principal contribuição da sociologia de Bourdieu foi a construção de “uma antropologia generativa dos *poderes* focada na contribuição especial que as formas simbólicas dão à respectiva operação, conversão e naturalização” (Wacquant, 2007, p. 308).

Em conferência no Japão (Universidade de Todai, 1989) e publicada em *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (1996), com o título “Espaço social e espaço simbólico”, Bourdieu menciona seu livro *La distinction. Critique sociale du jugement* (1979), escrevendo que, no modelo teórico que desenvolve, as noções de espaço social, espaço simbólico ou classe social não são, nunca,

(...) examinadas em si mesmas e por si mesmas; são utilizadas e postas à prova em uma pesquisa inseparavelmente teórica e empírica que, a propósito de um objeto bem situado no espaço e no tempo, a sociedade francesa dos anos 70, mobiliza uma pluralidade de modelos quantitativos e qualitativos, estatísticos e etnográficos, macrossociológicos e microsociológicos (...) de observação e de avaliação. (Bourdieu, 1996, p. 14)

Acrescenta que todo o seu empreendimento científico se inspira na convicção de que não se pode capturar a lógica mais profana do mundo social a não ser aprofundando na particularidade de uma realidade empírica, “historicamente situada e datada”, construindo-a como “caso particular do possível”, conforme expressão de Gaston Bachelard, ou seja, como uma figura em um universo de configurações possíveis, captando “o invariante, a estrutura, na variante observada” (idem, *ibid.*, p.15).

Quando se utiliza do mesmo princípio, se refere às classes sociais, reconhecendo que Marx, mais do que qualquer outro teórico, “produziu o *efeito de teoria*, efeito propriamente político que consiste em fazer ver (*theorein*) uma ‘realidade’ que não existe inteiramente, já que não é conhecida e reconhecida, deixou de inscrever esse efeito em sua teoria (...)” (p. 25-26). Entende o autor que o que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, “em que as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como *algo que se trata de fazer*” (p. 27). A posição ocupada no espaço social, é dizer, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital (que também são armas), “comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (p. 27). Bourdieu costumava citar uma fórmula célebre de Blaise Pascal (1623-1662), deformando-a ligeiramente: “O mundo me contém e me engole como um ponto, mas eu o contenho”. O espaço social acaba me englobando como um ponto, mas esse ponto é um *ponto de vista*,

(...) princípio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma *perspectiva* definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumida. O espaço social é a realidade primeira e última, já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele. (Bourdieu, 1996, p. 27)

Em vários escritos em que explicita sua obra e seu método de trabalho, bem como em estudos sobre domínios específicos, Bourdieu sempre advertiu e mostrou que a noção de *campo*, definida em conformidade com a realização de um estudo empírico concreto, necessita ser compreendida em sua interdependência, ou seja, em relação a outra(s) noção(ões) – por exemplo, as noções de campo, *habitus* e capital não podem ser definidas isoladamente, mas apenas no interior de um sistema teórico que constituem. Os conceitos ou noções são caracterizados não por definições estáticas, mas pelos seus usos e interligações no processo de

pesquisa, sendo o ato científico a construção do objeto (Bourdieu, Passeron & Chamboredon, 1968).

A noção de campo substitui a de sociedade, pois, para ele, uma sociedade diferenciada não se encontra plenamente integrada por funções sistêmicas, mas, ao contrário, é constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e possibilidades próprias, específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos. É por isso que esse artigo pretende, em um primeiro momento, discutir a noção de campo genericamente para, em seguida, pensar o campo universitário em suas especificidades, esboçando possibilidades analíticas do caso brasileiro.

Em texto dedicado ao pensamento de Bourdieu, Bernard Lahire (2002) extrai os elementos fundamentais e relativamente invariantes da definição de campo a partir dos artigos “*Quelques propriétés des champs*” (*Questions de sociologie*, 1980) e “*Le champ littéraire*” (1991). Tais elementos são os seguintes:

- Um campo é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social (nacional) global.
- Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irredutíveis às regras do jogo ou aos desafios de outros campos (o que faz “correr” um matemático – e a maneira como “corre” – nada tem a ver com o que faz “correr” – e a maneira como “corre” – um industrial ou um grande costureiro).
- Um campo é um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições.
- Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições.
- As lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital.
- O capital é desigualmente distribuído dentro do campo e existem, portanto, dominantes e dominados.
- A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo.
- As estratégias dos agentes são entendidas se as relacionarmos com suas posições no campo.
- Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais frequentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados (e, entre estes, mais particularmente, dos “últimos a chegar”). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre ‘antigos’ e ‘modernos’, ‘ortodoxos’ e ‘heterodoxos’ (...).
- Em luta uns contra os outros, os agentes de um campo têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem.
- Logo, os interesses sociais são sempre específicos de cada campo e não se reduzem ao interesse de tipo econômico.

- A cada campo corresponde um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo (por exemplo, o *habitus* da filologia ou o *habitus* do pugilismo). Apenas quem tiver incorporado o *habitus* próprio do campo tem condições de jogar o jogo e de acreditar n(a importância d)esse jogo.
- Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo.
- Um campo possui uma autonomia relativa; as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas...) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas. (Lahire, 2002, p. 47-48)

Como autor que suscita muitas controvérsias, tendo sido seus trabalhos motivos de debates e discussões, mas também de pesadas críticas ao conjunto de sua obra, gostaria de destacar dois textos críticos de pesquisadores que me são próximos e que fizeram observações restritivas sobre os textos do sociólogo francês. O primeiro artigo, de Bernard Lahire (op. cit., p. 49-52), aponta limites à noção de campo, que poderiam assim ser discutidas:

A teoria dos campos empenha muita energia para iluminar os grandes palcos em que ocorrem os desafios de poder, mas pouca para compreender os que montam esses palcos, instalam os cenários ou fabricam seus elementos, varrem o chão e os bastidores, xerocam documentos ou digitam cartas etc. (...) a teoria dos campos mostra (...) pouco interesse para a vida fora-do-palco ou fora-do-campo dos agentes que lutam dentro de um campo (...). Ao contrário do que as fórmulas mais gerais podem levar a acreditar, nem tudo (indivíduo, prática, instituição, situação, interação (...), portanto, pode ser incluído em um campo. (p. 50)

O outro texto, de Luiz Antônio Cunha (2006), no item “Existe um campo universitário?” (p. 20-23), indaga:

Será apropriado falar-se do *campo* universitário? O próprio Bourdieu não teve dúvida a respeito, tanto que tratou dele em *Homo Academicus*. No entanto, reluto em seguir o formulador do conceito, ao menos na delimitação do “perímetro” desse campo. Ao estudar as universidades e uma *grande école* francesas, em obras separadas (esta última em *La Noblesse d'État*), Bourdieu fechou bastante o foco do estudo: concentrou-se nas faculdades de letras, ciências, direito e medicina, ao mesmo tempo em que deixou de lado setores importantes do ensino superior na França, em especial o setor privado. Pondera que “valeria a pena considerar a hipótese de que as universidades *não* constituem propriamente um campo. Elas participam de pelo menos quatro campos. Vamos a eles: Campo educacional (...); Campo profissional (...); Campo da pesquisa (...); Campo cultural (...)”. (Cunha, 2006, p. 22)

Bourdieu começou a elaborar a noção de campo no início dos anos de 1960, sendo ela o resultado da convergência entre reflexões desenvolvidas em seminários de pesquisa sobre a sociologia da arte por ele dirigidos na *École Normale Supérieure* e uma releitura do capítulo sobre a sociologia da religião de *Economia e sociedade*, de Max Weber. Foi a partir de então que seus trabalhos orientaram-se para a análise de diferentes campos, muitos situados na esfera da vida simbólica. Em 1966, publicou

“Campo intelectual e projeto criador” na revista *Les Temps Modernes*, dirigida por Jean-Paul Sartre, posteriormente republicado na coletânea *Problemas do estruturalismo* (1967), organizada por Jean Pouillon, que, acredito, foi o primeiro trabalho em que utilizou a noção de campo. Distanciando-se das tradicionais polaridades objetivismo/subjetivismo, argumentava que o objeto da ciência social não repousava nem no primado do indivíduo, nem na estrutura, mas na relação recíproca entre os sistemas de percepção, apreciação e ação (o *habitus*), e as diferentes estruturas constitutivas do mundo social e das práticas – os diferentes campos.

Estes trabalhos de Bourdieu sobre os intelectuais integram um amplo domínio, o de uma sociologia da cultura entendida como uma sociologia dos sistemas simbólicos. Valendo-se da tradição sociológica clássica, consegue reunir e integrar as posições simbolizadas pelos nomes de Marx, Weber e Durkheim. Durkheim está presente no que diz respeito à função social (de integração) das formas simbólicas; deve-se a Marx a noção do papel político (de dominação) dessas mesmas formas, enquanto Weber encontra-se representado através dos estudos de sociologia da religião, onde é possível mostrar que a produção e a administração dos bens religiosos (bens de salvação) constituem historicamente o monopólio de um corpo de especialistas. Altamirano (2002b, p. 152) chama a atenção para o fato de que

(...) foram as análises de Weber que lhe inspiraram a analogia para definir os intelectuais como o conjunto daqueles que têm, na sociedade moderna, o monopólio dos bens culturais (...). Não é possível falar sociologicamente dos intelectuais a não ser na condição de estabelecer o ponto de vista que permita apreender no universo social que lhes é próprio, sendo esse o papel da noção de campo intelectual.

Ainda em relação ao campo intelectual, Altamirano (2002a, p. 10) nos lembra também que “nenhuma obra científica ou literária e nenhum escritor se conectam com a sociedade global, nem sequer com sua classe de origem ou de pertencimento, de maneira direta, a não ser através da estrutura do campo intelectual”, esse espaço de luta pela definição da cultura legítima – luta que enfrenta aqueles que se encontram situados em diferentes posições. Nem todos possuem o mesmo poder para definir qual é a cultura legítima, poder que não está dissociado do capital simbólico de que dispõem os agentes que competem entre si. Embora diferenciado, este microcosmo conecta-se às estruturas do conjunto do mundo social e seus conflitos.

O microcosmo dos intelectuais (como os demais campos que, na concepção de Bourdieu, constituem o mundo social nas sociedades altamente diferenciadas) encontra-se regido por regras próprias e irredutíveis às regras que regem a dinâmica e a competência em outros domínios – por exemplo, o econômico, o político, o jurídico. Nesse espaço relativamente autônomo, os intelectuais lutam pelo monopólio da produção cultural legítima, de acordo com a posição ocupada no campo por cada

ator, individual ou coletivo. A autonomia das elites culturais – escritores, artistas, cientistas –, reconhecida socialmente ou reclamada por estas, é a autonomia do campo, suas instituições, suas regras próprias.

No início dos anos de 1970, Bourdieu retomou o esquema antes delineado e reformulou a noção de campo intelectual, que vem a ser, para ele, parte da estrutura maior que constitui o *campo do poder*. Os intelectuais, enquanto possuidores de *capital cultural*, integram a fração dominada das classes dominantes, mantendo relações ambivalentes com as frações dominantes das classes dominadas e com as classes dominadas. Assim, é nesta posição estruturalmente ambígua que se deverá buscar a explicação de suas tomadas de posição no campo político.

Bourdieu escreveu, em 1971, *Gênese e estrutura do campo religioso*, publicado no Brasil três anos depois, onde afirmava que cada uma das principais teorias da religião poderia ser situada em relação às posições simbolizadas pelos nomes de Marx, Weber e Durkheim.

Para poder reunir os meios de integrar em um sistema coerente as contribuições das diferentes teorias parciais e mutuamente exclusivas (...), é preciso situar-se no lugar geométrico das diferentes perspectivas. Vale dizer, é preciso situar-se no ponto de onde se torna possível perceber, ao mesmo tempo, o que pode e o que não pode ser percebido a partir de cada um dos pontos de vista. (Bourdieu, 1974, p. 27-28)

Creio ser possível aplicar à sociologia de Bourdieu o que ele afirma da sociologia da religião de Weber: que a sociologia da cultura era um capítulo destacado da sociologia do poder. Néstor García Canclini (1986, p. 9) escreve que Bourdieu viu nas estruturas simbólicas mais do que uma forma particular de poder, “uma dimensão de todo o poder, isto é, outro nome da legitimidade, produto do reconhecimento, do desconhecimento, da crença em virtude da qual as pessoas que exercem a autoridade são dotadas de prestígio”. Embora Bourdieu não as enuncie de maneira explícita, entende que as questões fundamentais que parecem estar ausentes em seu trabalho são duas: “como estão estruturadas – econômica e simbolicamente – a reprodução e a diferenciação social?”; e “como se articulam o econômico e o simbólico nos processos de reprodução, diferenciação e construção do poder?”. Para respondê-las, Bourdieu retoma duas ideias centrais do marxismo, quais sejam: “que a sociedade está estruturada em classes sociais” e que “as relações entre as classes são relações de luta” (García Canclini, op. cit., p. 9).

Em *La noblesse d'État* Bourdieu analisa, na sociedade francesa, a estrutura do espaço de educação da elite que se organiza entre *Grandes Écoles* (“escolas de graduação seletivas, baseadas em *numerus clausus*, em classes especiais de preparação e exames de acesso nacionais competitivos, com passagem direta para postos de trabalho e elevado perfil” – Wacquant, 2007 p. 302) e *Universidades* (instituições

de massa, abertas a todos os que concluem o curso secundário e que não estão necessariamente ligadas ao mundo do trabalho). No interior do próprio campo das *Grandes Écoles* há uma divisão entre as “melhores” e as “piores” escolas e, também, entre estabelecimentos voltados para valores intelectuais e os que preparam para posições econômico-políticas. Há aquelas que são “intelectuais”, como a *École Normale Supérieure*, que forma os intelectuais da nação e recebem os estudantes das frações cultivadas da burguesia. Há estabelecimentos voltados à formação de dirigentes industriais e do Estado, como a *École des Hautes Études Commerciales* e a *École Polytechnique*, redutos dos estudantes oriundos e destinados às frações ricas da alta burguesia francesa. A *École National d’Administration*, por sua vez, situa-se ao meio do caminho entre os dois polos do espaço das escolas francesas de elite, originando dela os membros dos gabinetes e altos funcionários da administração, mescla das competências culturais e econômicas, recrutando estudantes cujo patrimônio familiar é composto “de diplomas raros e riqueza antiga” (Wacquant, op. cit, p. 300 e 302).

Essa caracterização de diferentes instituições corresponde a funções sociais distintas e, sobretudo, produz agentes determinados, que exercem papéis sociais de acordo com prerrogativas externas ao mundo escolar/universitário, mas que se transfiguram em legitimidade através do título obtido. Bourdieu explicita o entendimento do campo do poder como rede cruzada das ligações estruturais e funcionais que entrelaçam o espaço das escolas de elite com o das classes dirigentes, de acordo com suas articulações. Nas atuais sociedades complexas, a escola é a instituição encarregada do trabalho de consagração das divisões sociais. Além de exigir duas espécies de capital que dão acesso a posições de poder, definem o espaço social e regulam as oportunidades e trajetórias de grupos e indivíduos: o *capital econômico* e o *capital social* (idem, *ibid.*, p. 298). A generalização dos títulos educativos constitui-se em pré-requisito para a ascensão ao vértice das empresas privadas e das burocracias do Estado, consolidando um novo modelo de dominação.

Veja-se, por exemplo, o sistema educacional norte-americano. Descentralizado, é com frequência apresentado como contramodelo. Entretanto, a dualidade do sistema educacional francês acaba aparecendo no país americano através de uma vasta série de oposições interligadas, vertical ou horizontalmente: entre setores público e privado, já em nível do secundário; entre *community colleges* e *four-year universities*; entre instituições de ensino superior de massa e estabelecimentos de elite (os da *Ivy League*) – a parte mais significativa dos postos de direção no mundo dos negócios privados e públicos é ocupada por oriundos de instituições da *Ivy League*. As oposições ocorrem, também, no interior de cada universidade de elite nas relações tensas entre as áreas de artes e ciências, por um lado, e escolas de profissões liberais (principalmente Direito, Medicina e Gestão), por outro. Além disso, há relações

antagônicas que as duas grandes áreas estabelecem com o campo do poder propriamente dito, bem como “nas imagens contrastantes sobre o saber para que apelam (investigação x serviço; crítica x *expertise*, criatividade x utilidade etc.)” (idem, *ibid.*, p. 302).

Entretanto, quer na França, quer nos Estados Unidos, Inglaterra ou Alemanha – bem como em várias outras formações sociais –, há uma dimensão crucial que Bourdieu destaca no livro: custa cada vez mais ser um “herdeiro”, em termos financeiros, mas, sobretudo, no que se refere aos custos emocionais e mesmo vivenciais. As escolas de elite submetem seus estudantes a regimes de trabalho severos, a estilos de vida austeros, a práticas de mortificação social e intelectual. São sacrifícios pessoais terríveis a que nem todos conseguem ou querem se submeter. Apesar de se beneficiarem de uma série de vantagens desde a tenra idade, nem todo filho de dirigente empresarial, médico cirurgião ou cientista tem a garantia de obtenção de uma posição social de destaque; nem todos os herdeiros ou jovens da elite exibem trajetórias escolares exitosas, não sendo poucos os que abandonam as escolas preparatórias, ou são expulsos, ou tentam o suicídio ou, simplesmente, optam por outras vocações. Wacquant (2007) escreve sobre a “incapacidade” ou a falta de vontade dos herdeiros de carregar os fardos da sucessão:

Isto implica que, contrariamente à leitura comum de Bourdieu, como um “teórico da reprodução”, a reprodução de classe não é uma conclusão inaceitável, uma necessidade inerente do “sistema”, mas um resultado contestado (e, portanto, contingente) que tem de ser conquistado pelos dominantes sobre e contra as suas divisões internas, dúvidas e divergências, em adição à resistência ou recalcitrância da parte dos dominados (é o que Leibniz chamava uma “verdade de fato”, por oposição a uma “verdade da razão”). Luta, não reprodução, é a metáfora-chave operante do pensamento de Bourdieu. (p. 305)

Outra dimensão deve, ainda, ser realçada em *La noblesse d'État*: um dos obstáculos principais à sociologia do Estado reside na incapacidade especial que este tem para tornar secreto o seu próprio poder. O Estado é, em primeiro lugar, o “banco central de crédito simbólico” que endossa os atos de nomeação através dos quais

(...) as divisões e os altos cargos são atribuídos e proclamados, i.e., promulgados como universalmente válidos no campo de ação de um determinado território e população (...). O título acadêmico é a manifestação paradigmática desta “magia do Estado” através da qual, a pretexto da certificação, as identidades e os destinos sociais são produzidos, as competências técnicas e sociais fundidas e os privilégios exorbitantes transmutados em direitos devidos. (p. 307-308)

A violência do Estado exerce-se sobre todos nós, sempre que construímos o mundo social por meio das categorias inculcadas em nós através do sistema educacional. O Estado produz “mentes dóceis” (*docilis*, reveladoramente, deriva de *docere*, ensinar) (idem).

Nesse sentido, *La noblesse d'État* oferece um programa de investigação que pode ser desenvolvido sobre qualquer campo nacional de poder em que as instituições universitárias, agregadas a todo um aparato institucional que lhe dão legitimidade e força social (ministérios, agências financiadoras, corporações profissionais e empresariais etc.), desempenham um papel crucial na formação de sujeitos singulares que atuarão em um projeto de sociedade também singular – o mundo social é uma constante luta para sua definição:

O mundo universitário, como todo universo social, é o lugar de luta sobre sua própria verdade e a do mundo social mais amplo. O mundo social é o lugar das lutas contínuas a propósito do sentido do mundo; todavia, o mundo universitário possui, atualmente, essa particularidade de que seus veredictos estão entre os mais poderosos socialmente. (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 50)

Para tal, é necessário elaborar um trabalho de natureza homológica, com a finalidade de realizar a transposição e gerar hipóteses para uma pesquisa comparada em outro país.

Wacquant sugere, ainda, que para se trabalhar na perspectiva de Bourdieu é necessário o estabelecimento de uma agenda para uma sociologia comparada,

(...) *genética e estrutural de campos de poder nacionais* que, para cada sociedade, catalogaria formas eficientes de capital, especificaria os determinantes históricos e sociais dos respectivos graus de diferenciação, distância e antagonismo, e avaliaria o papel desempenhado pelo sistema escolar de elite (ou instituições funcionalmente equivalentes) na regulação das relações por eles mantidas. (Wacquant, 2007, p. 304)

Na impossibilidade de detalhar, nesse momento, o que será o campo universitário brasileiro em sua totalidade, gostaria apenas de realizar algumas observações.

Entendo que o campo universitário é um locus de relações que envolvem como protagonistas agentes que possuem a delegação para gerir e produzir práticas universitárias, isto é, uma modalidade de produção consagrada e legitimada. É um espaço social institucionalizado, delimitado, com objetivos e finalidades específicas, onde se instala uma verdadeira luta para classificar o que pertence ou não a esse mundo e onde são produzidos distintos *enjeux* de poder. As diferentes naturezas de capital e as disposições acadêmicas geradas e atuantes no campo materializam-se nas tomadas de posição, é dizer, no sistema estruturado das práticas e das expressões dos agentes.

O campo universitário diz respeito ao aparato institucional assegurado pelo Estado brasileiro, que garante a produção, circulação (e mesmo o consumo) de bens simbólicos que lhe são inerentes, envolvendo o conjunto das instituições de educação superior públicas e privadas, em seus mais variados níveis, formatos e natureza;

as agências financiadoras e de fomento à pesquisa, nacionais e estaduais; os órgãos estatais de avaliação de políticas educacionais; o(s) setor(es) do Ministério da Educação dedicado(s) à educação superior e de institutos de pesquisa com a mesma finalidade (INEP); os setores ou câmaras dos Conselhos de Educação em distintos níveis; as associações e entidades de classe (CRUB, ANDIFES, ANDES/SN, ABMES, ANUP, ABRUC, ANAMEC, ANAFI, SEMESP etc.) e as comissões governamentais. Estas representam, por sua vez, uma forma tipicamente burocrática de consulta, em que os agentes do Estado têm condições de impor nomes que referendem suas posições, conservando assim o monopólio da preparação das decisões coletivas, da sua ação e da avaliação dos resultados (Bourdieu, 2000, p. 130-134).

Carlos Benedito Martins (1998) publicou, há pouco mais de dez anos, um excelente artigo, “Notas sobre o sistema de ensino superior brasileiro contemporâneo”, em que, ao estudar as transformações significativas que já ocorriam nesse nível educacional, considerava mais fecundo, do ponto de vista analítico,

(...) enfocar a situação do ensino superior brasileiro atual a partir da noção de campo, em cujo interior as universidades, bem como os demais tipos de instituições que o estruturam, tais como os estabelecimentos isolados, as federações de escolas e faculdades integradas, tendem a ocupar posições específicas na hierarquia deste espaço social. Creio que esta postura possibilita orientar a reflexão para a grande diferenciação institucional que se encontra subjacente na estruturação deste campo específico. (p. 59-60)

Por sua vez, José Dias Sobrinho e Márcia Regina F. de Brito, em “La educación superior en Brasil: principales tendencias y desafíos” (2008) elaboram, com sofisticação de detalhes, um mapa geral do sistema de educação superior no país. Analisam-se as principais mudanças nesse nível de ensino para o período 1995-2007 e, com base em informações sobre indicadores-chave, são estudadas políticas governamentais e marcos legais, expansão da matrícula e de instituições, diversificação e novos modelos institucionais, internacionalização e transnacionalização, políticas de equidade e responsabilidades sociais. É um texto de leitura indispensável para se trabalhar o campo universitário brasileiro, atualizando as políticas de educação superior, em especial as de avaliação e outros marcos da recente regulação.

O espaço universitário é real não apenas pela sua estrutura objetiva, mas também porque esta se vê incorporada nas disposições dos agentes. Como escreve Bourdieu (1989, p. 8), “(...) os agentes constroem a realidade social, sem dúvida entram em lutas e relações visando impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar”. Tal espaço de lutas representa, ainda, um espaço de poder, em razão de esses agentes serem dotados de diferentes espécies de capital, o que lhes confere a probabilidade de lutar pelo poder. Bourdieu (1998, p. 28) entende o *campo do poder* como

(...) as relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder (de preferência a classe dominante, conceito realista que designa uma população real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder.

Reafirmo que a teoria dos campos sociais, desenvolvida por Bourdieu, conforme se escreveu até o momento, contribui para desvendar os mecanismos de dominação vigentes na sociedade francesa. Mas esse aparato epistêmico-prático pode, através do estabelecimento de relações de homologia, ser trabalhado com eficácia para o estudo de campos sociais brasileiros. Certamente, há limites e críticas bem justificadas aos trabalhos e concepções de Bourdieu, conforme tive a oportunidade de apontar. Entretanto, faço minhas as palavras de Weber (1970, p. 29), que, em conhecido texto datado de 1919, escrevia o seguinte:

Qual é, em verdade, o destino ou, melhor, a *significação*, em sentido muito especial, de que está revestido todo trabalho científico (...)? É o de que toda obra científica “acabada” não tem outro sentido senão o de fazer surgirem novas “indagações”: ela pede, portanto, que seja “ultrapassada” e envelheça.

Espero que as linhas que acabo de escrever se constituam em modesta contribuição para novas indagações.

Referências

- ALMEIDA, A. O Collège de France e o sistema de ensino francês. In: CATANI, A.M.; MARTINEZ, P.H. (Org.). *Sete ensaios sobre o Collège de France*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-30.
- ALTAMIRANO, C. Campo intelectual. In: ALTAMIRANO, C. (Dir.). *Términos críticos de sociología de la cultura*. Buenos Aires: Paidós, 2002a. p. 9-10.
- ALTAMIRANO, C. Intelectuales. In: ALTAMIRANO, C. (Dir.). *Términos críticos de sociología de la cultura*. Buenos Aires: Paidós, 2002b. p. 148-155.
- BOURDIEU, P. Champ intellectuel et projet créateur. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 246, p. 865-906, nov. 1966.
- BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. (Org.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro; Zahar, 1968. p. 105-145.
- BOURDIEU, P. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 27-78

- BOURDIEU, P. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. *Choses dites*. Paris: Minuit, 1987.
- BOURDIEU, P. *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- BOURDIEU, P. Le champ littéraire. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 89, p. 3-46, sept. 1992.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, P. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C.; CHAMBOREDON, J.-C. *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton; La Haye, 1968.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Réponses: pour une anthropologie réflexive*. Paris: Seuil, 1992.
- CATANI, A.M. Algumas lições da aula inaugural de Pierre Bourdieu. In: CATANI, A.M.; MARTINEZ, P.H. (Org.). *Sete ensaios sobre o Collège de France*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 89-103.
- CATANI, A.M. Compreendendo os fundamentos ocultos da dominação. *Revista Educação*, São Paulo, v. 5, p. 74-83, 2007.
- CUNHA, L.A. Autonomia universitária: teoria e prática. In: VESSURI, H. (Comp.). *Universidad e investigación científica: convergencias y tensiones*. Buenos Aires: CLACSO; UNESCO, 2006. p. 13-31.
- DIAS SOBRINHO, J.; BRITO, M.R.F. La educación superior en Brasil: principales tendencias y desafíos. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 2, p. 487-507, jul. 2008.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Desigualdad cultural y poder simbólico*. México, DF: INAH/UNAM, 1986.
- HEY, A.P. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: UFSCAR; FAPESP, 2008.
- LAHIRE, B. *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu*. Paris: La Découverte, 1999.
- LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

- LEBRUN, G. *Pascal: voltas, desvios e reviravoltas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MARTINS, C.B. Notas sobre o sistema de ensino superior brasileiro contemporâneo. *Revista USP*, São Paulo, n. 39, p. 58-82, set./nov. 1998.
- MASSON, N. *L'École Normale Supérieure: les chemins de la liberté*. Paris: Gallimard, 1994.
- MICELI, S. Um intelectual do sentido. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 fev. 1999. Caderno Mais!, p. 4.
- MICELI, S. Uma revolução simbólica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 jan. 2002. Opinião, p. A3.
- MICELI, S. A emoção racionada. In: BOURDIEU, P. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Cia das Letras, 2005. p. 7-20.
- NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A.M. Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar. In: BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. 10. ed Petrópolis: Vozes, 2008. p. 7-15.
- PINTO, L. *Pierre Bourdieu et la théorie du monde social*. Paris: Albin Michel, 1998.
- PRADO JUNIOR, B. A educação depois de 1968, ou cem anos de ilusão. In: CHAUI, M. et al. *Descaminhos da educação pós-68*. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 9-30.
- SILVA, T.T. Bourdieu e a educação. In: SILVA, T.T. *Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 229-235.
- TORGA, M. *Portugal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- TORGA, M. *Diário*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1999. 16v. [v. 1-8 (1941-1959); v.9-16 (1960-1993)].
- WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Sociologia & Política*, Curitiba, n. 19, p. 95-110, 2002.
- WACQUANT, L. Lendo o "Capital" de Bourdieu. In: PINTO, J.M.; PEREIRA, V.B. (Org.) *Pierre Bourdieu: a teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2007. p. 295-312.
- WEBER, M. A ciência como vocação. In: WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 17-52.

Recebido em setembro de 2009.

Aprovado em outubro de 2010.